



Estratégia
CONCURSOS

2º Simulado Especial

TRF 3

ETRF 4



2º Simulado Especial

Concurso TRF 3 e TRF 4

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRF 3 e do TRF 4;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas A, B, C, D e E.;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK

<https://estr.news/Simulado-TRF3-4-02>

01 – (A) (B) (C) (D) (E)
02 – (A) (B) (C) (D) (E)
03 – (A) (B) (C) (D) (E)
04 – (A) (B) (C) (D) (E)
05 – (A) (B) (C) (D) (E)
06 – (A) (B) (C) (D) (E)
07 – (A) (B) (C) (D) (E)
08 – (A) (B) (C) (D) (E)
09 – (A) (B) (C) (D) (E)
10 – (A) (B) (C) (D) (E)
11 – (A) (B) (C) (D) (E)
12 – (A) (B) (C) (D) (E)
13 – (A) (B) (C) (D) (E)
14 – (A) (B) (C) (D) (E)
15 – (A) (B) (C) (D) (E)
16 – (A) (B) (C) (D) (E)
17 – (A) (B) (C) (D) (E)
18 – (A) (B) (C) (D) (E)
19 – (A) (B) (C) (D) (E)
20 – (A) (B) (C) (D) (E)

21 – (A) (B) (C) (D) (E)
22 – (A) (B) (C) (D) (E)
23 – (A) (B) (C) (D) (E)
24 – (A) (B) (C) (D) (E)
25 – (A) (B) (C) (D) (E)
26 – (A) (B) (C) (D) (E)
27 – (A) (B) (C) (D) (E)
28 – (A) (B) (C) (D) (E)
29 – (A) (B) (C) (D) (E)
30 – (A) (B) (C) (D) (E)
31 – (A) (B) (C) (D) (E)
32 – (A) (B) (C) (D) (E)
33 – (A) (B) (C) (D) (E)
34 – (A) (B) (C) (D) (E)
35 – (A) (B) (C) (D) (E)
36 – (A) (B) (C) (D) (E)
37 – (A) (B) (C) (D) (E)
38 – (A) (B) (C) (D) (E)
39 – (A) (B) (C) (D) (E)
40 – (A) (B) (C) (D) (E)

41 – (A) (B) (C) (D) (E)
42 – (A) (B) (C) (D) (E)
43 – (A) (B) (C) (D) (E)
44 – (A) (B) (C) (D) (E)
45 – (A) (B) (C) (D) (E)
46 – (A) (B) (C) (D) (E)
47 – (A) (B) (C) (D) (E)
48 – (A) (B) (C) (D) (E)
49 – (A) (B) (C) (D) (E)
50 – (A) (B) (C) (D) (E)
51 – (A) (B) (C) (D) (E)
52 – (A) (B) (C) (D) (E)
53 – (A) (B) (C) (D) (E)
54 – (A) (B) (C) (D) (E)
55 – (A) (B) (C) (D) (E)
56 – (A) (B) (C) (D) (E)
57 – (A) (B) (C) (D) (E)
58 – (A) (B) (C) (D) (E)
59 – (A) (B) (C) (D) (E)
60 – (A) (B) (C) (D) (E)

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS****TEXTO I****O pai que cuida de seu bebê não está ajudando a mãe, está exercendo a paternidade**

O pai que cuida do bebê, troca fraldas, alimenta, veste e acalma o choro do bebê, não está ajudando a esposa, está simplesmente fazendo o trabalho de pai.

Às vezes, ou na verdade quase sempre, ouvimos nossos amigos, irmãs ou algum conhecido dizendo esta frase “meu marido me ajudou/ajuda muito com o bebê” ou os pais dizem “eu ajudo minha esposa com o filho”. Este tipo de sentença implica que apenas a responsabilidade do cuidado e atenção do bebê pertence à mãe, enquanto o pai é aquele que de vez em quando realiza qualquer trabalho em colaboração com ela. Embora às vezes seja uma frase que é mal utilizada por muitos, o modo como a sociedade a usa diz muito sobre os papéis que ela impõe às pessoas.

Este modo de pensar é igualmente evidente a nível empresarial, em que as mulheres têm licença de maternidade maior do que os homens. Na Espanha, o número de dias para as mães excede quase o dobro dos dias obtidos pelo pai; na Eslovênia pais têm 11 dias de férias, enquanto na Suíça e Holanda têm apenas dois, deixando a entender que as mães são exclusivamente responsáveis pelo cuidado das crianças, ao passo que os pais devem trabalhar.

Devemos pôr fim ao patriarcado instilado pela sociedade, do qual se entende que o homem é o sustento do lar e da casa, enquanto a mulher cuida dos filhos e do lar. O bebê tem uma mãe e um pai, e ambos devem atendê-lo. Assim, o pai não “ajuda”, só cumpre o papel que lhe corresponde, amando, cuidando e ensinando esse ser que ele e sua esposa criaram e veio ao mundo para dar um significado especial às suas vidas.

A boa educação da criança depende do que você incute no seu bebê, ser um bom pai não diferencia o sexo que você tem, e sim que tipo de pessoa você é; então cada casal deve estabelecer seus limites e sua maneira de educar a criança de forma compartilhada.

Ser capaz de estabelecer acordos conforme o tempo e a disponibilidade de cada um fará as coisas fluírem corretamente, e a criança crescerá em um ambiente saudável e organizado, presenciando um exemplo correto do que é maternidade ou paternidade compartilhada.

<https://www.agrandeartedeserfeliz.com/o-pai-que-cuida-de-seu-bebe-nao-esta-ajudando-a-mae-ele-esta-exercendo-a-paternidade/>

01. Essencialmente, a tese do texto sugere que

- a) tarefas como trocar fraldas, alimentar, vestir e acalmar o bebê, atribuídas às mães e tradicionalmente executadas por elas, constituem mero exercício da paternidade e não devem ser tratadas como um favor dos homens às mulheres.
- b) os homens não fazem mais que sua obrigação ao cuidar dos bebês, de modo que não deveriam receber licença-paternidade tão longas quanto às das mulheres.
- c) o homem deveria receber a mesma quantidade de dias de licença-paternidade, para que pudesse exercer de forma prolongada seu dever inerente de ajudar a mulher em sua missão de cuidar dos filhos.
- d) tendo em vista o papel prioritário do homem como provedor da família, a concessão de afastamentos por motivo de paternidade é uma afronta ao direito feminino de gozar mais dias com o bebê.
- e) a sociedade patriarcal sobrecarrega as mulheres com obrigações maternais, razão por que se sugere no texto uma solução igualitária na concessão de afastamentos do trabalho.

02. Considere as afirmativas abaixo.

- I. Depreende-se do texto que o autor valoriza o homem que ajuda a mulher na criação dos filhos.
- II. A mãe que integra o universo empresarial deve, em especial, receber apoio do pai, pois possui menos tempo para atender à sua demanda de cuidar da família.
- III. Exemplos práticos do universo empresarial fortalecem a argumentação no sentido de que a sociedade atribui predominantemente à mulher o papel da criação dos filhos.

Está correto o que consta de

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I, apenas.

03. O autor critica frases como “eu ajudo minha esposa com o filho”, porque estas:

- a) fazem presumir que o filho é uma responsabilidade exclusiva da mãe e o homem a auxilia por nobreza.
- b) desvalorizam de forma condescendente o papel da mulher como genitora e tutora da prole.
- c) desviam para a mãe uma responsabilidade que de fato é do pai, independe de seu papel provedor.
- d) desqualificam a igualdade de obrigações que a sociedade impõe a pai e mãe.
- e) supervalorizam aqueles homens que ajudam as mulheres mesmo sem obrigação.

04. Traduz-se adequadamente um segmento do texto em

- a) O pai que cuida do bebê (1º parágrafo) = o pai que educa o infante
- b) depende do que você incute no seu bebê (5º parágrafo) = varia conforme aquilo que se inculca no bebê
- c) estabelecer acordos conforme o tempo (6º parágrafo) = assinar compromissos consoante a rotina
- d) crescerá em um ambiente saudável (6º parágrafo) = crescerá com saúde e disposição
- e) pôr fim ao patriarcado (4º parágrafo) = dismantelar a tirania de gênero

05. No contexto específico em que foi utilizada (4º parágrafo), a palavra “instilado” sugere

- a) um líquido que pinga lentamente
- b) um veneno plantado paulatinamente pela mídia
- c) uma ideia ou sentimento que penetra progressivamente
- d) um domínio tirânico consensual perpetuado gradativamente
- e) uma ideia que existe na cabeça e não tem a menor obrigação de acontecer

06. Sobre o sujeito da forma verbal “presenciando” (6º parágrafo), é correto afirmar que

- a) está expresso e tem como referente “a criança”
- b) está indeterminado e tem como referente a “ambiente saudável e organizado”
- c) está expresso e tem como referente “exemplo correto”
- d) está elíptico e tem como referente “a criança”
- e) está elíptico e tem como referente a “ambiente saudável”

07. Identifica-se uma sentença em voz passiva em

- a) Suíça e Holanda têm apenas dois (3º parágrafo)
- b) as mães são exclusivamente responsáveis pelo cuidado das crianças (3º parágrafo)
- c) Este tipo de sentença implica que apenas a responsabilidade do cuidado e atenção do bebê pertence à mãe (2º parágrafo)
- d) Este modo de pensar é igualmente evidente a nível empresarial (3º parágrafo)
- e) Devemos pôr fim ao patriarcado instilado pela sociedade (4º parágrafo)

08. Considere o segmento:

“Por conseguinte, devemos pôr fim ao patriarcado instilado pela sociedade”

O trecho sublinhado poderia ser substituído, de acordo com a norma culta e os sentidos originais do texto, por

- a) Posto que
- b) Não obstante
- c) Conquanto
- d) Porquanto
- e) Destarte

09. A sentença que pode ser adequadamente transposta para a voz passiva consta em

- a) Este modo de pensar é igualmente evidente (3º parágrafo)
- b) O bebê tem uma mãe e um pai (4º parágrafo)
- c) A boa educação da criança depende do que você incute no seu bebê (5º parágrafo)
- d) cada casal deve estabelecer seus limites (5º parágrafo)
- e) criança crescerá em um ambiente saudável (6º parágrafo)

10. O livre comentário a respeito das ideias do texto está escrito corretamente em:

- a) As sociedades ocidentais, antes do advento da modernidade também utilizava a paternidade como meio para transmitir, de uma geração para outra, conhecimentos, regras e tradições.
- b) Julgaram-se adequadas, no passado, diversas concepções sociológicas segundo as quais as mães eram inerentemente responsáveis pelas demandas imediatas dos recém-nascidos, ao passo que aos pais cabia apenas sustentar o lar.
- c) Sabe-se que em sociedades retrógradas, as quais não existe direitos femininos, a função da mulher é mais delimitada, além de serem mais fortes a ligação entre o homem e a função econômica.
- d) Antes do surgimento de uma mídia atuante em nome da causa feminina, a maternidade era o principal meio de realização social das mulheres e a dos homens, durante séculos, consistia em fundar e manter uma família financeiramente auto-suficiente.
- e) A atividade de trocar fraldas e cuidar da alimentação do bebê, nas sociedades modernas, deram lugar a contratação de babás, sendo que, ler histórias para os filhos ainda é algo que o pai assume após o expediente.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. A diferença entre o 17º e o 15º termos da sequência de números naturais (10, 20, 30, 41, 52, 64, 76, 89, . . .) é igual a

- a) 32.
- b) 33.
- c) 34.
- d) 35.
- e) 36.

12. Em janeiro de 2019, no lançamento da assinatura ilimitada do Estratégia, Brunno Lima e outros 36 professores foram a São Paulo participar do evento de inauguração. Com relação a esse grupo de professores, é correto afirmar que:

- a) somente 5 professores fazem aniversário no mesmo mês.
- b) pelo menos 4 professores fazem aniversário no mesmo mês.
- c) pelo menos dois professores fazem aniversário na mesma data.
- d) pelo menos 5 professores fazem aniversário no mesmo mês.
- e) no máximo 3 professores fazem aniversário no mesmo mês.

13. Considere as frases ditas por Thiago, Renato e Sérgio.

Thiago diz: Renato é alto.

Renato diz: Thiago mentiu.

Sérgio diz: Renato mentiu.

Sabe-se que um, e apenas um deles, não falou a verdade.

Desta maneira, é possível concluir corretamente que

- a) Renato não é alto e Thiago mentiu.
- b) Renato é alto e Thiago mentiu.
- c) Renato não é alto ou Sérgio mentiu.
- d) Renato é alto ou Sérgio mentiu.
- e) Renato não é alto e Renato mentiu.

14. Guilherme Neves fez uma série de deslocamentos em um terreno plano partindo de um ponto A até chegar a um ponto B.

- Avançou 12 metros em linha reta, em uma certa direção.
- Girou 90° para a direita.
- Avançou 12 metros em linha reta.
- Girou 90° para a direita.
- Avançou 15 metros em linha reta.
- Girou 90° para a esquerda.
- Avançou 7 metros em linha reta.
- Girou 90° para a esquerda.
- Avançou 3 metros em linha reta, atingindo o ponto B.

A distância, em metros, entre os pontos A e B é igual a

- a) 22
- b) 19
- c) 17
- d) 10
- e) 5

15. A negação lógica da afirmação "Se resolvo questões, então não erro na prova" é equivalente a

- a) Se erro na prova, então não resolvo questões.
- b) Não resolvo questões ou não erro na prova.
- c) Se não resolvo questões, então erro na prova.
- d) Não erro na prova e não resolvo questões.
- e) Resolvo questões e erro na prova.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

16. Em relação ao entendimento jurisprudencial em matéria afeta à pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta:

- a) O deficiente por visão monocular não tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.
- b) O deficiente por surdez unilateral qualifica-se como pessoa com deficiência para disputar vagas reservadas em concursos públicos.
- c) A sentença de interdição, salvo pronunciamento judicial expresso em sentido contrário, opera efeitos ex tunc.
- d) A partir da Lei 13.146/2015, observa-se dissociação necessária e absoluta entre o transtorno mental e o reconhecimento da incapacidade, ou seja, a definição automática de que a pessoa com debilidade mental, de qualquer natureza, implicaria na constatação da limitação de sua capacidade civil deixou de existir.
- e) A legislação que concede passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual às pessoas com deficiência não obedece ao princípio da igualdade, na medida em que dá tratamento distinto aos usuários.

17. No que diz respeito ao atendimento prioritário, assegurado à pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta:

- a) Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade destinada à pessoa com deficiência prevalece, inclusive, perante protocolos de atendimento médicos.
- b) A pessoa com deficiência tem assegurado expressamente a dispensa de recolhimento de renda.
- c) Os benefícios relativos ao atendimento prioritário são extensivos apenas ao atendente pessoal da pessoa com deficiência, em razão da assistência e prestação de cuidados básicos ofertada, não se aplicando ao acompanhante.
- d) A pessoa com deficiência tem direito ao trâmite preferencial processual, seja para procedimentos judiciais ou administrativos e mesmo que atue nos autos como parte interessada.
- e) É assegurado à pessoa com deficiência embarque prioritário em estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros, silenciando a lei quanto ao desembarque.

18. Conforme estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência, reter cartão magnético de pessoa com deficiência, ainda que sem pretensão de obter vantagem para si ou para outrem, constitui:

- a) crime, punível com detenção de 6 meses a 2 anos e multa.
- b) crime, punível com reclusão de 6 meses a 2 anos e multa.
- c) infração administrativa.
- d) conduta atípica.
- e) crime, punível com detenção de 6 meses a 2 anos e multa, se praticado pelo tutor ou curador.

DIREITO CONSTITUCIONAL

19. Alberto é juiz federal, exercendo o cargo há 4 anos na Subseção Judiciária de Porto Alegre (RS), já tendo integrado 2 vezes consecutivas a lista de merecimento para fins de promoção. Eliandro, por sua vez, é juiz estadual com mais de 8 anos de exercício na comarca de Alegrete (RS), já tendo integrado 5 vezes alternadas a lista de merecimento.

- a) São obrigatórias as promoções de Alberto e de Eliandro.
- b) Somente é obrigatória a promoção de Eliandro.
- c) Somente é obrigatória a promoção de Alberto.
- d) Não é obrigatória a promoção de qualquer um dos magistrados.
- e) A promoção por merecimento poderá ser recusada por dois terços do tribunal ao qual o magistrado está vinculado.

20. A Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou projeto de lei, proposto por parlamentar, que impõe a obrigatoriedade de prestação de serviço de segurança em estacionamento mantido por estabelecimentos comerciais situados no estado. Sobre a situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) A lei estadual afronta a Constituição em virtude de invasão da competência da União para legislar sobre direito civil.
- b) A lei estadual é compatível com a Constituição, uma vez que é competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar sobre produção e consumo.
- c) A lei estadual afronta a Constituição, em virtude de vício de competência e de iniciativa.
- d) Não houve invasão de competência da União, embora o projeto de lei seja inconstitucional, em virtude de vício de iniciativa.
- e) A lei estadual é materialmente inconstitucional, por violar o princípio da livre iniciativa. Não há, entretanto, qualquer vício de competência.

21. O Governador do Estado do Paraná presta contas anualmente à Assembleia Legislativa. Em 2019, foram identificadas irregularidades na gestão orçamentária e financeira, que poderão levar à reprovação das contas do Governo do Estado. Sobre a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) O julgamento das contas do Governador compete ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/PR), dentro de 60 dias após o recebimento do processo.
- b) O julgamento das contas do Governador compete à Assembleia Legislativa, após parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PR).
- c) O julgamento de contas realizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/PR) consiste em exercício de função jurisdicional, podendo resultar na aplicação de sanções penais contra o Governador.
- d) A decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PR) em processo de contas é passível de recurso administrativo para a Assembleia Legislativa, não se descartando a possibilidade de questionamento na via judicial.
- e) O Tribunal de Contas do Estado (TCE/PR) poderá determinar o imediato afastamento do Governador do seu cargo.

22. Maria Luíza é sócia-administradora da empresa XPZ Comércio de Alimentos S.A e pretende obter certidão negativa de débitos junto à Secretaria Estadual da Fazenda de Santa Catarina (SEFAZ/SC). A empresa XPZ Comércio de Alimentos S/A recebeu em 2018 um auto de infração, com a exigência de vultosa quantia em tributos, juros e multa. Apesar de o crédito tributário estar suspenso, em virtude de ter sido interposto recurso administrativo, a SEFAZ/SC se nega a fornecer a certidão positiva de débitos com efeito de negativa. Sobre a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) A empresa XPZ Comércio de Alimentos S.A deverá impetrar habeas data para obter a certidão, o qual será julgado improcedente no mérito, pois a SEFAZ/SC agiu corretamente.
- b) A empresa XPZ Comércio de Alimentos S.A deverá impetrar mandado de segurança para obter a certidão, o qual será julgado improcedente no mérito, pois a SEFAZ/SC agiu corretamente.
- c) A empresa XPZ Comércio de Alimentos S.A deverá impetrar habeas data, que deverá ser julgado procedente.
- d) A empresa XPZ Comércio de Alimentos S.A deverá impetrar mandado de segurança, que deverá ser julgado procedente.
- e) A empresa XPZ Comércio de Alimentos S.A deverá buscar as vias judiciais ordinárias, não sendo cabível ação de caráter mandamental para obter a certidão positiva de débitos com efeito de negativa.

23. Rogério é servidor público do Estado de São Paulo, exercendo cargo técnico em autarquia estadual na qual ingressou após ter sido aprovado em concurso público de provas e títulos. Desejando aumentar a sua remuneração, Rogério decide prestar concurso público para o cargo de professor substituto universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Considerando que há compatibilidade de horários entre os dois cargos, assinale a alternativa correta:

- a) Rogério não poderá acumular os dois cargos, uma vez que eles estão posicionados em entes federativos diferentes.
- b) Rogério poderá acumular o cargo na autarquia estadual com o cargo de professor em universidade federal, ainda que este último exija dedicação exclusiva.
- c) Rogério não poderá acumular os dois cargos, já que a Constituição apenas admite a acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor ou de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- d) Rogério somente poderá acumular os dois cargos se a Constituição do Estado de São Paulo assim expressamente o admitir, já que a Constituição Federal, ao tratar da administração pública, traça diretrizes aplicadas somente aos servidores da União.
- e) Rogério poderá acumular o cargo na autarquia estadual com o cargo de professor em universidade federal, desde que nenhum deles exija dedicação exclusiva.

24. Geraldo foi eleito Presidente da República no 2º turno de votação, em eleição muito disputada, que dividiu o País. Após assumir o cargo, começa a sofrer forte oposição no Congresso Nacional, o que causa sérios prejuízos à governabilidade. Paulo Victor, eminente jurista brasileiro, apresenta na Câmara dos Deputados, denúncia popular contra Geraldo, alegando que ele praticou crime de responsabilidade. Sobre a situação apresentada e considerando o texto constitucional e a jurisprudência do STF sobre o processo de impeachment do Presidente da República, assinale a alternativa correta:

- a) Paulo Victor não tem legitimidade para apresentar denúncia contra o Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade.
- b) A denúncia pela prática de crime de responsabilidade deverá ser apresentada ao Senado Federal, que detém a competência para processar e julgar o Presidente da República diante desse tipo de infração.
- c) A Câmara dos Deputados é responsável por realizar juízo de admissibilidade político no processo de impeachment, por decisão da maioria absoluta dos membros, sendo possível, ainda, a rejeição liminar da denúncia pelo Presidente da referida Casa Legislativa.
- d) O Senado Federal tem competência para processar e julgar o Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade, sendo a condenação feita por decisão de 2/3 dos seus membros. É incabível recurso

ao Supremo Tribunal Federal contra o mérito da decisão do Senado no processo de impeachment.

- e) Após a aprovação da Câmara dos Deputados em juízo de admissibilidade político, o Senado Federal é obrigado a instaurar o processo contra o Presidente da República, o que resultará no seu afastamento do cargo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

25. Em relação aos critérios adotados no processo administrativo no âmbito federal, sabe-se que:

- a) a aplicação retroativa de nova interpretação é cabível quando a medida se demonstrar mais vantajosa para o patrimônio público.
- b) as formalidades essenciais não são admitidas no processo administrativo, em virtude da aplicação do princípio do informalismo.
- c) a imposição de obrigações ou restrições superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público é admitida no caso de sanções graves.
- d) o processo administrativo admite a impulsão de ofício, sem prejuízo da atuação dos interessados.
- e) admite-se a cobrança de despesas processuais mediante despacho da autoridade administrativa competente.

26. Uma autoridade pública desejava realizar a aquisição de teclados, monitores e outros equipamentos de informática. Para tanto, solicitou parecer da assessoria jurídica quanto ao procedimento que deveria ser adotado na contratação. Em resposta, o órgão jurídico afirmou que seria viável a adoção da modalidade pregão, sendo que, nesse caso:

- a) as fases de julgamento e de habilitação serão conduzidas por comissão formalmente designada, adotando as suas decisões mediante deliberação de seus membros.
- b) a fase de julgamento precederá à fase de habilitação, cabendo ao pregoeiro efetuar a adjudicação do objeto quando nenhum licitante apresentar recurso.
- c) a exigência de garantia de proposta somente é admitida quando se tratar de aquisições de grande vulto.
- d) o critério de julgamento será o de menor preço ou melhor técnica, conforme a natureza do objeto da licitação.
- e) o instrumento convocatório deverá ser divulgado com antecedência de pelo menos cinco dias úteis antes da data de apresentação das propostas.

27. Em relação à organização da Administração Pública, marque a opção correta.

- a) As agências reguladoras não são dotadas de competência normativa, uma vez que o ordenamento jurídico não admite o desempenho do poder normativo por entidades da administração indireta.
- b) As empresas públicas são criadas por lei para a prestação de serviços públicos ou exploração de atividade econômica.
- c) As organizações sociais são entidades administrativas que firmam com o poder público algum tipo de parceria, notadamente para a transferência de recursos públicos para o fomento de atividades de cunho social.
- d) As fundações públicas são sempre instituídas diretamente por lei, sendo que as suas atividades serão disciplinadas em lei ordinária específica.
- e) Os consórcios públicos, quando constituídos como associação pública, terão personalidade jurídica de direito público e estarão sujeitos às regras de direito público relativas à contratação de pessoal, mas o regime jurídico aplicável aos seus empregados será o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.

28. João está estudando para concurso público e sonha em alcançar a tão sonhada aprovação. Certo dia, ao estudar Direito Administrativo, ele percebeu que, para alcançar a estabilidade, ele terá:

- a) que ingressar em cargo público de provimento efetivo, em virtude de concurso público, obtendo três anos de efetivo exercício e aprovação em avaliação especial de desempenho.
- b) que ingressar em cargo ou emprego público mediante aprovação em concurso público, bastando a aprovação em estágio probatório.
- c) que obter a aprovação em concurso público, adquirindo a estabilidade no ato da posse.
- d) que ingressar em cargo público estatutário de qualquer natureza, alcançado a estabilidade depois de decorridos três anos desde a posse, mediante aprovação em avaliação periódica de desempenho.
- e) que ingressar em cargo público em comissão, alcançando a estabilidade após dez anos ininterruptos de desempenho do cargo.

29. Maria foi nomeada para um cargo público efetivo e passou a desempenhar as atribuições do cargo com muita eficiência. Entretanto, cinco meses após a nomeação, constatou-se que Maria não havia colado grau em curso superior, sendo este um dos requisitos para ingresso no cargo. Nessa situação, os atos de Maria:

- a) serão considerados inexistentes, em virtude da usurpação de função pública.
- b) serão considerados nulos, por vício de competência, sendo que a Administração deverá providenciar a

anulação de todos os atos, independentemente de boa-fé dos destinatários.

- c) serão considerados válidos, ainda que possuam outros vícios, uma vez que a exoneração consolida os efeitos dos atos administrativos já praticados.
- d) serão revogados, simultaneamente com o desfazimento do ato de nomeação.
- e) serão considerados válidos, desde que não contenham outros vícios, em virtude da aplicação dos princípios da segurança jurídica e da impessoalidade.

30. Os poderes administrativos representam as prerrogativas dos agentes estatais para a defesa do interesse da coletividade. Sobre tal assunto, marque a opção correta.

- a) O poder de polícia confunde-se com o poder sancionatório do Estado, uma vez que ambos ensejam a aplicação de penalidades administrativas, penais ou civis.
- b) O poder regulamentar é competência do chefe do Poder Executivo para, entre outras medidas, instituir e regulamentar os direitos, deveres e obrigações dos servidores públicos.
- c) No poder hierárquico, a competência para revisar os atos dos subordinados é presumida da própria estrutura hierarquizada, inexistindo a necessidade de lei específica para outorgar a competência de revisão à autoridade superior.
- d) O poder discricionário está presente na edição de todos os atos de polícia, uma vez que, em qualquer hipótese, a autoridade administrativa terá competência para definir a melhor medida para atender ao interesse público.
- e) O poder disciplinar prescinde de lei para sua aplicação, bastando que os atos sejam disciplinados em ato normativo de natureza geral, abstrata e impessoal.

DIREITO CIVIL

31. Quanto à capacidade, assinale a alternativa correta

- a) A emancipação por estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego somente ocorrerá caso o menor tenha dezesseis anos completos e economia própria.
- b) São absolutamente incapazes os menores de dezesseis anos e aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- c) De acordo com o Código Civil, a personalidade começa com a concepção.
- d) a emancipação pelo exercício de emprego público efetivo exige que o menor tenha dezesseis anos completos.
- e) nenhuma das alternativas anteriores

32. Mateus soube que Otávio precisava de um fiador, então se ofereceu para ocupar o encargo, o que foi prontamente recusado, pois Otávio não queria depender de Mateus, seu sogro. Mateus, então, mesmo contra a vontade de Otávio, procurou João e firmou o contrato de fiança, renunciando ao benefício de ordem. Com base no caso, assinale a afirmativa correta.

- a) A fiança é nula, pois foi estipulada contra a vontade de Otávio.
- b) Caso Mateus se torne insolvente, João poderá exigir sua substituição.
- c) Em caso de execução, Mateus poderá exigir que sejam primeiro executados os bens de Otávio.
- d) A fiança poderá ser anulada por Otávio, no prazo decadencial de quatro anos, tendo em vista que foi estipulada contra sua vontade.
- e) não há alternativa correta.

33. São pessoas jurídicas de direito público interno

- a) Autarquias, partidos políticos e Municípios.
- b) Distrito Federal, Municípios e organizações religiosas.
- c) União, Estados e associações.
- d) União, Territórios e associações públicas
- e) nenhuma das alternativas está correta

34. Sobre a hipoteca, é correto afirmar:

- a) Nas dívidas garantidas por penhor, anticrese ou hipoteca, o bem dado em garantia fica sujeito, por vínculo obrigacional, ao cumprimento da obrigação.
- b) É nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
- c) O pagamento de uma ou mais prestações da dívida importa exoneração correspondente da garantia, desde que compreenda vários bens.
- d) A propriedade superveniente não torna eficaz as garantias reais estabelecidas por quem não era dono.
- e) não há alternativa correta.

35. Em 2010, Enzo, com 15 anos de idade, foi atingido por um drone controlado por Joaquim, maior e capaz. Enzo, no acidente perdeu uma orelha e teve alguns ferimentos no rosto. Em 2015, Enzo ingressou com uma ação contra Joaquim, requerendo a reparação dos danos sofridos. Quanto ao caso, é correto afirmar que:

- a) A pretensão de Enzo prescreveu em 2014.
- b) A pretensão de Enzo não está prescrita, pois só começou a correr a prescrição quando ele completou dezoito anos, pois não corre prescrição contra os incapazes.
- c) A pretensão de Enzo prescreveu em 2013, pois o Código Civil prevê o prazo de três anos para a pretensão de reparação civil.

d) A pretensão de Enzo prescreveu em 2012, pois o Código Civil prevê o prazo de dois anos para a pretensão de reparação civil.

e) não há alternativa correta.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

36. Ivan ajuizou ação de cobrança contra Cristiano. O réu, na sua peça de defesa, alegou a prescrição e que já havia efetuado o pagamento do montante devido. Em sentença, o juízo acolheu a prescrição e, em face disso, não examinou a outra tese defensiva do réu. Na hipótese de o tribunal, em sede de recurso, reconhecer que a dívida não estava prescrita

- a) poderá acolher a outra tese de defesa não apreciada pelo juízo a quo. Para tanto, o réu deverá interpor incidente de assunção de competência.
- b) poderá acolher a tese do pagamento trazida pelo réu e não apreciada pelo juízo a quo, caso se trate de causa madura.
- c) deverá anular o processo e remeter os autos para juízo a quo para exame da outra tese defensiva, sob pena de supressão de instância.
- d) não poderá acolher a tese do pagamento, dada a adstrição do tribunal à matéria recorrida.
- e) anulará a sentença e determinará a remessa ao juízo a quo para análise da outra tese defensiva do réu.

37. Renato propõe uma ação de cobrança contra Jean. Após o trâmite do procedimento em contraditório é finalmente julgada procedente. Em sentença, Jean é condenado a pagar honorários sucumbenciais ao advogado de Renato. Quanto às regras que permeiam os honorários advocatícios, assinale a alternativa correta.

- a) Serão devidos honorários na reconvenção, no cumprimento definitivo de sentença, na execução resistida e nos recursos, não se aplicando ao cumprimento provisório de sentença e às execuções não resistidas.
- b) Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de quinze por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
- c) O percentual a ser aplicado à título de honorários advocatícios variará de acordo com o grau de zelo profissional, o local da prestação de serviços, a natureza e importância da causa e o trabalho realizado e o tempo e serviço exigido.
- d) Serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório mesmo quando não tenha sido impugnada.
- e) Na ação de indenização por ato ilícito contra pessoa, o percentual de honorários incidirá sobre a soma das prestações vencidas acrescida de 24 prestações vincendas.

38. Rosenval Jr., advogado da parte autora, em ação de indenização por danos decorrentes de acidente automobilístico obteve uma decisão liminar em agravo de instrumento em curso perante o Tribunal de Justiça para que a parte ré seja obrigada a pagar valores necessários para a sua subsistência, uma vez que o acidente ocasionou a perda da capacidade laboral. Tal medida liminar deve ser cumprida por intermédio de carta:

- a) de ordem, dirigida ao juízo de origem onde tramita o feito principal.
- b) rogatória, por livre distribuição no local onde a medida deve ser cumprida.
- c) de cumprimento, por livre distribuição na Comarca onde tramita o feito principal.
- d) precatória, dirigida ao juízo de origem onde tramita o feito principal.
- e) de efetivação, dirigida ao juízo hierarquicamente inferior.

39. Em uma ação de cobrança, baseada em título extrajudicial, movida por Priscila contra Paulo, o juízo, em decisão fundamentada, decidiu pela inversão do ônus da prova, uma vez que verificou a maior facilidade de obtenção de prova por parte de Paulo. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz não precisará dar à Paulo a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído, uma vez que a decisão de inversão do ônus da prova foi devidamente fundamentada.
- b) A inversão do ônus da prova pode ocorrer por convenção entre Paulo e Priscila, exceto em caso de direito indisponível ou caso se torne excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.
- c) Eventual negócio jurídico entre Paulo e Priscila com redistribuição do ônus da prova apenas poderá ser celebrada antes do processo.
- d) Da decisão do juízo pela inversão do ônus da prova, Paulo não poderá recorrer por falta de previsão legal.
- e) Eventual negócio jurídico entre Paulo e Priscila com redistribuição do ônus da prova apenas poderá ser celebrada durante do processo.

40. Ao acolher pedido de concessão de medicamento contra o Estado do Paraná, o juiz, em tópico autônomo da sentença, deferiu a tutela antecipada requerida na petição inicial, para determinar a imediata concessão do medicamento Xenazine em favor do demandante.

Esse capítulo do ato decisório é:

- a) impugnável em apelação.
- b) impugnável em agravo de instrumento.
- c) impugnável em recurso extraordinário.
- d) impugnável em agravo interno.
- e) impugnável mediante agravo regimental.

DIREITO PENAL

41. Analise as assertivas:

- I – A lei excepcional ou temporária é dotada de ultratividade gravosa;
- II – A lei nova mais gravosa se aplica ao crime continuado ou permanente, se sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou permanência;
- III – A lei nova mais benéfica terá eficácia retroativa, aplicando-se aos fatos pretéritos, desde que ainda não tenha havido o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I
- b) II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I e II

42. São causas que afastam a imputabilidade penal do agente:

- I – a menoridade;
- II – a embriaguez culposa;
- III – a existência de doença mental, em qualquer caso;
- IV – o erro de proibição inevitável

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I
- e) I e III

43. José, oficial de justiça, dirigiu-se à casa de Pedro para cumprir um mandado de busca e apreensão. Pedro, ao saber da diligência, ameaçou o servidor público, expulsando-o, de maneira que a diligência não foi realizada.

Neste caso, Pedro praticou o crime de:

- a) Desobediência
- b) Desacato
- c) Resistência qualificada
- d) Ameaça
- e) Ameaça e resistência simples

44. Pedro, advogado, ofereceu a Jonas, técnico judiciário, R\$ 2.000,00, a fim de que este facilitasse a tramitação do processo de um cliente. Jonas aceitou a proposta, mas não chegou a receber o valor, nem interferiu no andamento do processo.

Neste caso:

- a) Pedro responderá por corrupção ativa consumada e Jonas por corrupção passiva consumada.
- b) Pedro responderá por corrupção ativa tentada e Jonas por corrupção passiva consumada.
- c) Pedro responderá por corrupção ativa tentada e Jonas por corrupção passiva tentada.
- d) Pedro e Jonas responderão por corrupção ativa consumada.
- e) Pedro e Jonas responderão por corrupção ativa tentada.

45. José tomou conhecimento de que seu filho, Marcos, estava sendo processado criminalmente pela prática do crime de estelionato. Inteirando-se do caso, José percebeu que Maria era uma testemunha fundamental para a condenação do filho. Assim, dirigiu-se à casa de Maria e a agrediu com socos e pontapés, causando-lhe lesões corporais graves. Após finalizar as agressões, afirmou que Maria deveria se abster de prestar depoimento contra o filho, ou sofreria as consequências.

Neste caso, José praticou o(s) crime(s) de:

- a) coação no curso do processo e lesão corporal grave
- b) coação no curso do processo, apenas
- c) lesão corporal grave, apenas
- d) fraude processual e lesão corporal grave
- e) favorecimento pessoal e lesão corporal grave

DIREITO PROCESSUAL PENAL

46. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa correta:

- a) A autoridade policial poderá mandar arquivar os autos de inquérito, quando verificar estar extinta a punibilidade.
- b) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se houver notícia de prova nova.
- c) o prazo para a conclusão do inquérito policial, como regra, estando o indiciado preso, é de 15 dias.
- d) o indiciado não poderá requerer ao delegado a realização de diligências, dada a ausência de contraditório no inquérito policial.
- e) a autoridade policial não pode instaurar inquérito policial de ofício.

47. Sobre a perempção, analise as assertivas:

- I – É cabível quando, iniciada a ação penal privada, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos;
- II – Não tem cabimento na ação penal privada subsidiária da pública;
- III – É causa de extinção da punibilidade;
- IV – É cabível quando o querelante deixa de formular pedido de condenação nas alegações finais.

É correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas
- b) I, II e III, apenas
- c) II, III e IV, apenas
- d) I, II, III e IV
- e) I, II e IV, apenas

48. Três indivíduos foram presos em flagrante e conduzidos à delegacia. José praticou um crime de furto simples, cuja pena é de reclusão de 01 a 04 anos e multa; Pedro praticou um crime de estelionato, cuja pena é de reclusão de 01 a 05 anos e multa; Marcelo praticou um crime de falsificação de documento público, cuja pena é de reclusão de 02 a 06 anos e multa.

A autoridade policial poderá arbitrar fiança em favor de:

- a) José, apenas.
- b) José e Pedro, apenas.
- c) José, Pedro e Marcelo
- d) Marcelo, apenas.
- e) Pedro, apenas.

49. Sobre o acusado e seu defensor, assinale a alternativa incorreta:

- a) Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- b) Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, ressalvado o seu direito de, a todo tempo, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação.
- c) O acusado que não for pobre será obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz.
- d) A constituição de defensor dependerá de instrumento de mandato, mesmo que o acusado o indique por ocasião do interrogatório.
- e) A audiência poderá ser adiada se, por motivo justificado, o defensor não puder comparecer.

50. José, Pedro e Paulo foram condenados pela prática do delito de estelionato. José interpôs apelação, questionando apenas a não aplicação da atenuante da menoridade relativa, já que teria menos de 21 anos à época do fato. Pedro, por sua vez, apelou sustentando que o fato criminoso não teria ocorrido. Paulo não recorreu.

Atento ao caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) os recursos de José e Pedro, caso providos, somente beneficiarão aos recorrentes.
- b) a decisão que der provimento ao recurso de José beneficiará a todos.
- c) a decisão que der provimento ao recurso de José beneficiará somente a este; todavia, a decisão que der provimento ao recurso de Pedro beneficiará a todos.
- d) Paulo não será beneficiado caso sejam providos os recursos de José e Pedro.
- e) Paulo será beneficiado caso sejam providos os recursos de José e Pedro.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

51. Considerando as disposições relativas ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos da legislação previdenciária, é correto afirmar:

- a) O pescador artesanal que exerce atividade em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirá mediante aplicação de uma alíquota sobre a receita líquida da comercialização da produção rural.
- b) Em nenhuma hipótese é admitida a adoção de critérios e requisitos diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do Regime Geral da Previdência Social.
- c) O financiamento indireto da Seguridade Social se dá mediante contribuições sociais, enquanto e o financiamento direto ocorre por meio de receitas orçamentárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) Não há previsão para contribuição social para o importador de bens ou serviços do exterior, mas apenas para o exportador.
- e) É vedada a filiação ao Regime Geral da Previdência Social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

52. Acerca do financiamento da Seguridade Social, é correto afirmar:

- a) Os recursos provenientes do Distrito Federal não fazem parte do financiamento da Seguridade Social.
- b) A Emenda Constitucional nº 47/2005 aboliu a contribuição sobre receita e faturamento da relação de financiadores da Seguridade Social.
- c) Os exportadores de serviços fazem parte do rol constitucional de contribuições sociais que custeiam o sistema.

d) O empregador doméstico é financiador da Seguridade Social, bem como o empregado doméstico a seu serviço.

e) As contribuições sociais da empresa sobre a folha de salários, a receita ou o faturamento, não poderão ter alíquotas diferenciadas em razão do porte da empresa.

53. Considere as assertivas abaixo e marque a alternativa correta:

I - A contribuição social da empresa incidirá exclusivamente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos a pessoa física que lhe preste serviços, mesmo sem vínculo empregatício.

II - Servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo, é segurado obrigatório do RGPS na qualidade de segurado empregado.

III - O estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil, para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa estrangeira, é segurado obrigatório do RGPS na qualidade de segurado empregado.

IV - O deputado federal será segurado empregado do RGPS, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.

De acordo com a Lei nº 8.212/1991 estão corretas as seguintes assertivas:

- a) I, III e IV, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) I, II e IV, apenas.

54. Eduardo, empresário bem sucedido, é segurado obrigatório filiado ao Regime Geral da Previdência Social e mantém relação homoafetiva com Rosental, por meio de união estável devidamente comprovada. Eduardo possui um filho de 9 anos chamado Heber. Em sua residência também habitam sua irmã Priscila, de 17 anos, e sua mãe Josephina, de 72 anos, ambas consideradas suas dependentes econômicas. Considerando as regras contidas no Plano de Benefícios da Previdência Social, caso Eduardo seja preso em regime fechado, terão direito ao auxílio-reclusão:

- a) Rosental, Heber, Priscila e Josephina.
- b) Rosental e Heber apenas.
- c) Rosental, Heber e Josephina.
- d) Rosental, Heber e Priscila.
- e) nenhuma das anteriores.

55. Em relação aos benefícios previstos aos segurados e dependentes no Regime Geral da Previdência Social, é correto afirmar:

- a) Com exceção da existência de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto de uma pensão deixada por cônjuge com uma pensão deixada pelo filho, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.
- b) Nos termos da MP 871/19, o auxílio-reclusão prescinde de carência.
- c) Os períodos de carência para a pensão por morte e auxílio-acidente são, nos termos da lei 8.213/91, respectivamente 4 e 12 contribuições mensais.
- d) A doença ou lesão de que o segurado já era portador, ao se filiar ao Regime Geral da Previdência Social, jamais lhe conferirão direito à aposentadoria por invalidez, inclusive em caso de progressão ou agravamento.
- e) A aposentadoria por idade será devida ao trabalhador rural que, preenchidos os requisitos da comprovação de efetivo exercício de atividade rural e da carência, completar sessenta anos, se homem e cinquenta e cinco anos, se mulher.

DIREITO TRIBUTÁRIO

56. Julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () O aspecto temporal da hipótese de incidência define o momento em que o fato gerador considera-se ocorrido.
- () O surgimento da obrigação tributária acessória depende da obrigação principal.
- () A definição legal do fato gerador é interpretada considerando-se da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.

- a) V, F, F
- b) F, F, F
- c) V, V, F
- d) F, V, V
- e) F, F, V

57. A respeito do crédito tributário, aponte a alternativa correta:

- a) A concessão do parcelamento extingue o crédito tributário.
- b) A lei concessiva de moratória pode estabelecer o benefício em favor do sujeito passivo por tempo indeterminado.
- c) A repetição do indébito tributário independe da forma pela qual tenha sido pago o tributo.
- d) Prescreve em cinco anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

e) É permitido, desde que atendidas as condições legais, que a compensação ocorra mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

58. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado nas seguintes situações, exceto:

- a) Impugnação do sujeito passivo.
- b) Quando a lei assim o determine.
- c) Quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.
- d) Em face de nova interpretação da norma aplicável ao lançamento.
- e) Recurso de ofício.

59. Conforme prevê o Código Tributário Nacional (CTN), deve-se interpretar literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

- a) compensação.
- b) moratória.
- c) remissão.
- d) dação em pagamento em bens imóveis.
- e) decadência.

60. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.
- b) A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no CTN como de indicação obrigatória no termo de inscrição da dívida ativa, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.
- c) A dívida regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- d) Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.
- e) A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.

QUESTÃO DISCURSIVA

Em ação indenizatória ajuizada na justiça comum, determinado município foi condenado a pagar à Pedro a quantia de 300.000,00 reais, representado em juízo pelo seu advogado Anastácio. A sentença foi confirmada pelo tribunal e transitou em julgado. Em decorrência da inércia do município para pagar a quantia, o autor da ação deseja tomar medida judicial para receber o pagamento referente à condenação.

Considerando a situação hipotética apresentada, redija texto dissertativo atendendo ao que se pede em seguir.

- a) Indique o procedimento a ser adotado para que Pedro possa receber o valor da condenação e como ele se inicia.
- b) Anastácio esclareceu ao seu cliente que, após ser citada, a Fazenda Pública pode oferecer embargos à execução, em 15 dias. O procedimento informado pelo advogado foi correto? Caso negativo, indique o que precisa ser retificado.
- c) Interessado em receber a quantia devida pela Fazenda, Pedro questionou Anastácio sobre o modo pelo qual seria feito o pagamento. Como Anastácio deverá responder?
- d) Digamos que a Fazenda Municipal tenha discordado de apenas parte do demonstrativo apresentado pelo exequente. Seria correto Anastácio afirmar para seu cliente que é possível receber, desde logo, os valores incontroversos?

Obs.: disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/>

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

